

Paulo Morgado

A corrupção em auto vicentino

Não é mais um crime de colarinho branco, porque a corrupção percorre toda a escala social. Paulo Morgado regressa às bancas disfarçado de Gil Vicente, com um livro divertido e polémico, que dá que pensar. Um diálogo para chegar aos palcos



Miguel Baltazar

Paulo Morgado
"O Corrupto e o Diabo"
Dom Quixote, 2007
102 páginas



Agostinho Leite aleite@mediainfin.pt

Este diálogo pícaro acontece às portas do 5º fosso do 8º círculo do inferno. O Diabo recebe o Corrupto, que, de reiterada "consciência tranquila", acaba de ir aí parar. Sem saber porquê, obviamente. O problema é vicentino, ou melhor, é clássico: o Corrupto não quer ficar no Inferno. Este "auto da corrupção" divide-se em sete pecados capitais que compõem o próprio fenómeno. O Corrupto e Diabo discutem "a reciprocidade e os brandos costumes", "o peso do Estado e a burocracia", "a especulação", "as amarras da imprensa", "as eleições e o clientelismo", o abuso do poder" e finalmente, "o sistema judiciário". Não é afinal vicentino nem clássico este problema, ou antes, é um clássico contemporâneo, escrito de forma viva e espirituosa, sempre pautada pela ironia e pelo riso. Um livro com tudo para dar que falar Num palco, para começar.

Entreter ou fazer pensar? O que é que pretende com este livro?

O grande objectivo que tive quando fiz este livro foi tentar identificar as causas da corrupção, dizer que, se não combatermos certas causas irá haver constantemente um incitamento à prática do fenómeno. Quis ainda fazê-lo numa forma em que provasse a minha convicção de que os corruptos, na sua maior parte, são incompetentes.

As suas personagens nos "Contos de Colarinho Branco" eram também incompetentes. É uma estratégia literária?

Nos "Contos" era um pouco diferente, os esquemas eram, em meu entender, muito criativos. Não é que as personagens fossem incompetentes, acabavam é por ser apanhadas, mas nem todas. O grau de criatividade para fazer esses golpes é grande. A criatividade na corrupção não é muita. Trata-se apenas de vender um bem que está à disposição de quem tem a guarda das coisas do Estado.

Porquê a opção por um "auto vicentino"?

Ao princípio ainda imaginei um corrupto a ser entrevistado por um jornalista, mas depois o jornalista não podia ter tanta liberdade de pensamento que tem um personagem um pouco mais... como o diabo.

O Diabo, a propósito da forma como os deputados lidam com a corrupção, pergunta insistentemente se eles fazem as perguntas certas...

A única coisa que chateava verdadeiramente este diabo era a palavra "transparência". Mas isso tem uma lógica. Acho que quem ocupa cargos públicos, não só no Estado como também em empresas com capitais públicos, deve ter que prestar contas daquilo que faz. Como acontece com as empresas cotadas. É verdade que um cidadão não escolheu ser cidadão enquanto um accionista escolheu ser accionista. Mas um cidadão devia ter acesso, no mínimo, à semelhança do accionista, à forma como é gerido o seu dinheiro.

Porque é que não acredita na capacidade do sistema judiciário dar conta da corrupção?

O sistema judiciário tem uma enorme dificuldade em combater o fenómeno da corrupção. Primeiro, devido ao que se chama a notícia do crime, que não existe. Se eu sou assaltado há um interesse em divulgar a prática do crime. Num acto entre corruptos não há interesse em nenhuma das partes em divulgar a prática do crime. Depois, são sempre coisas consideradas muito pequenas quando comparadas com o património do Estado. Finalmente, há o problema da prova. Muitas vezes, o que se troca são favores, desfasados no tempo.

E daí a dificuldade de se estabelecer a relação causa-efeito.

Exactamente! Mas com este código penal ou com outro qualquer. Por isso acho que só

podemos sancionar a prática da corrupção se ela não estiver toda vertida no código penal. Se estiver toda vertida aí, vai ficar sujeita a uma lei processual penal, pensada para dar garantias em crimes que não são de 'software', como os de corrupção. Talvez pudesse haver alguma coisa no direito administrativo ou noutra local que não estivesse sujeita ao procedimento penal.

Também considera que há excesso de garantismo nas nossas leis penais?

Há vários princípios que são aí relatados, sete no total. Mas há um, que é o princípio da oralidade, diz que a prova tem que ser produzida perante o juiz, fazendo um pouco tábua rasa dos resultados da investigação da polícia ou do Ministério Público (MP).

Perante um juiz natural, que é outra crítica que faz neste livro!

É verdade! Perante um juiz natural, que muitas vezes, e com razão, não tem que ser especialista em todas as coisas. Quando estão envolvidas coisas como 'off-shores' e outras, um caso torna-se muito complexo para ser julgado por um juiz, que frequentemente está em desvantagem face à especialização de determinados advogados. Todos os grandes escritórios de advogados têm elevados níveis de especialização, enquanto os juizes continuam a obedecer ao princípio do juiz natural, em que o princípio que manda é da territorialidade onde o acto foi praticado. Não faz sentido.

Pensa que a especificidade deste crime exige juízos ou tribunais especializados?

Teríamos que ir por aí. Sobretudo para o crime de colarinho branco, que já tem um elevado grau de complexidade e de desmaterialização. É necessária uma certa dose de especialização, se quisermos julgar estes crimes.

Também crítica a alteração das leis penais, designadamente, as mexidas nos prazos, pelo efeito previsível do aumento de prescrições?

É preciso ver um processo judicial com os próprios olhos. Enquanto os processos judiciais não começarem a ser desmaterializados, enquanto não se fizer aqui, por exemplo o que a Capgemini fez no Reino Unido – em que uniformizou o processo judicial, ligando todos os parceiros envolvidos, polícia, MP, permitindo consultas rápidas, mas também o registo sobre quem acede ao processo, do que se serve, o que imprime, se faz emails, com muito mais segurança do que a que o papel dá – não conseguiremos que a nossa lei apanhe estes crimes de menor censurabilidade.

Quem é que escreve este livro, o Paulo Morgado interessado pelo fenómeno ou o gestor que encontra um meio de ganhar notoriedade para si e para a empresa que dirige, fornecedora de soluções para o problema da corrupção?

Quando estamos a falar na criação de um sistema de indicadores de transparência, naturalmente que a Capgemini, como outras empresas nossas concorrentes, podia posicionar-se para isso. Mas não é isso que me move. Não é o primeiro ponto, sei separar bem as coisas.

Não está a vender produto?

Acho que não, até porque os indicadores é uma parte da coisa. Este livro não fala sobre indicadores. A transparência aparece aí, mas fala sobre questões culturais, sobre financiamento partidário, sobre o fenómeno da especulação, fala sobre muito mais coisas...

Não nego que temos feito trabalhos no Reino Unido em que conseguimos incrementar a transparência da administração local. Não é isso que me move. Quem faz os livros é o Paulo Morgado que tem uma responsabilidade social que lhe vem de ser o número um de uma multinacional que actua em Portugal, que muitas vezes se confronta com situações que a colocam em alguma desvantagem. Mas não me posso queixar.